



TRAJETÓRIAS MILITARES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A FAMÍLIA CUNHA MENESES NA CAPITANIA DE GOIÁS (1778-1802)

ALAN RICARDO DUARTE PEREIRA¹

Resumo: Com a entronização da Dinastia de Bragança (1640-1832) e, paralelamente, o processo de expansão no ultramar, a nobreza em Portugal no século XVIII destacou-se pelos serviços prestados ao rei. Embora a riqueza conseguida com alianças matrimoniais, o comércio de “grosso trato”, o ingresso na carreira diplomática, militar, judicial podiam, naquela altura, constituir como via de ascensão e, também, ampliação do cabedal da nobreza, o centro fundamental para o enobrecimento das casas foi o serviço ao *ElRey*. Foi, portanto, o caso da família Cunha Meneses no século XVIII que, para se distinguir das demais casas em Portugal, a maioria dos indivíduos se lançaram no ultramar. A capitania de Goiás recebeu três nobres dessa família que buscavam, nas possessões ultramarinas ou em Lisboa, mercês e privilégios do rei português. Para tanto, ancorado nas perspectivas de Hespanha (1997; 2007), Monteiro (1993;2003), Cunha (1990; 2000), Olival (2001) e Cardim (1998), o presente trabalho busca, em linhas gerais, analisar o serviço militar e a nobreza no contexto do Império português do século XVIII e a capitania de Goiás entre 1778 e 1802.

Palavras-chave: Expansão Ultramarina. Nobilitação. Carreira militar.

No final do século XVII e início do XVIII, após a descoberta de ouro em Minas Gerais, em 1690, e Cuiabá, em 1718, as regiões auríferas tornaram-se, imediatamente, foco de maiores interesses por parte da Coroa portuguesa no que diz respeito à proteção e ao povoamento das minas. Nesse contexto, a criação da capitania de Goiás em 1725 foi, sem dúvida, resultado direto das expedições de bandeirantes oriundos, sobretudo, da capitania de São Paulo e da Bahia. Ademais, embora o ouro tenha se constituído um elemento importante no povoamento Goiás, há outro fator estrutural que permite explicar o povoamento na capitania: a vinda de funcionários régios.

Mais exatamente, o século XVIII foi responsável por atrair famílias nobres de Portugal para as regiões da América portuguesa. Tratava-se, especialmente, da ocupação de cargos honoríficos no contexto do Império português. Havia uma miríade de cargos e postos oferecidos pela Coroa portuguesa no além-mar e o mais procurado pelos nobres foi, majoritariamente, como governadores e vice-reis. Estes cargos faziam

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista da Capes.



parte da carreira militar em Portugal. Nesse sentido, a capitania de Goiás foi palco da atuação de indivíduos das casas mais aristocráticas em Portugal. Em geral, tinham o objetivo de receber, na ida para o além-mar ou na volta para Portugal, mercês, privilégios, aumentar o cabedal da família, estreitamento de relações clientelares, entre outros aspectos. Portanto, é a partir deste contexto que observamos a vinda de indivíduos da família Cunha Meneses para a capitania de Goiás. Em face disso, o objetivo do presente trabalho é analisar, de um lado, a constituição da família Cunha Meneses em Portugal e, de outro, a atuação dos governadores e capitães-generais na capitania de Goiás entre 1778 à 1802 como parte integrante da carreira militar no Império português. Destaca-se que a família Cunha Meneses na capitania de Goiás – quer dizer, Luís da Cunha Meneses, Tristão da Cunha Meneses e João Manuel de Meneses – empreenderam uma série de ações em três níveis: político (alianças com potentados locais), administrativo (formação de milícias e ordenanças, urbanização de vilas, estratégias para extração do ouro) e social (aldeamentos de índios). Assim, a partir deste recorte pretende-se esboçar os elementos mais marcantes da família Cunha Meneses em Goiás e contribuir com os estudos sobre a nobreza no Império português.

Em 16 de dezembro de 1788, o cônsul da Rússia enviou ao Conde Osterman a informação que, a bordo do navio de guerra chamado *Belém* responsável por transportar os quintos do ouro do Brasil, chegava à cidade de Lisboa, exatamente no dia 14 do respectivo mês, Luís da Cunha Meneses. Segundo o cônsul, Luís da Cunha Meneses retornou à Portugal depois de governar, durante cinco anos, uma região rica do Brasil “(...) que leva o nome de Minas Gerais”. Não obstante, o cônsul tratou de referir-se à Luís da Cunha Meneses como irmão do 3º Conde de Lumiares e seu outro irmão que, naquela altura, era vice-rei no Estado da Índia – mais exatamente, o cônsul se referia à Francisco da Cunha Meneses que foi enviado, em 1786, para Goa como vice-rei e permaneceu até 1794. Igualmente, comentava que os irmãos de Luís da Cunha Meneses eram “espirituosos”. Também acrescentava, por último e em tom de apreciação, que se tratava de uma das famílias mais ilustres de Portugal, os Meneses.

Partindo do relato do cônsul da Rússia, podemos observar, em linhas gerais, dois aspectos importantes: primeiro, ao descrever a chegada de Luís da Cunha Meneses em Portugal, não esqueceu de referir-se a ele como governador. Em segundo, para caracterizar a figura de Luís da Cunha Meneses recorreu-se, por sua vez, aos irmãos



dele – eram “espirituosos” – e, especialmente, o fato de pertencerem à antiga estirpe dos Meneses, uma das mais ilustres famílias de Portugal. Por se tratar do cargo de cônsul que, a todo momento, presenciava a movimentação intensa de pessoas e por estar, afinal, no centro político do Império português – isto é, Lisboa –, colocou em evidência, com extrema clareza, dois elementos que, no final do século XVIII, tornaram-se parte integrante da sociedade de Antigo Regime em Portugal: o serviço ao monarca (identificado Luís da Cunha Meneses como ex-governador de uma das capitanias mais ricas do Brasil) e, de outro lado, o sangue e o nome (irmão do Conde de Lumiares e, de outro lado, irmão do vice-rei na Índia e pertencente a uma família ilustre). Assim, estes dois aspectos consubstanciavam tendências mais gerais do grupo nobiliárquico no Império português na sua última fase, ou seja, o século XVIII e início do XIX.

Não somente isso, tais características – servir ao rei e usufruindo, portanto, de mercês régias, além da relevância do nascimento e a descendência como marca indelével da nobreza reforçada– tiveram, sem dúvida, ecos na família Cunha Meneses. Desse modo, identificar, entre outros aspectos, a descendência desta família, os processos de estratificação e reprodução dentro do grupo, a mercês régias que foram agraciados, além dos títulos nobiliárquicos é, certamente, fundamental para compreender a razão pela qual o cônsul da Rússia identificou-a como “uma das mais ilustres de Portugal”.

No final do século XVII e início do XVIII, após a descoberta de ouro em Minas Gerais, em 1690, e Cuiabá, em 1718, as regiões auríferas tornaram-se, imediatamente, foco de maiores interesses por parte da Coroa portuguesa no que diz respeito à proteção e ao povoamento das minas. Nesse contexto, a criação da capitania de Goiás foi, sem dúvida, resultado direto das expedições de bandeirantes oriundos, sobretudo, da capitania de São Paulo e da Bahia. A justificava para essas bandeiras pautou-se, ademais, no pressuposto que “Se em Minas e em Mato Grosso tinha sido encontrado tanto ouro, argumentavam eles, em Goiás, território situado entre esses dois, devia também existir” (PALACÍN; MORAES, 2008, p.20). Desse modo, em 1722 o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, saiu da capitania de São Paulo com uma expedição de 500 pessoas. Decorridos 3 anos, 3 meses e 18 dias, segundo os relatos coevos, Bartolomeu e sua companhia encontrou ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho. Todavia, somente em 1725 voltaram a São Paulo disseminando a notícia de



ter encontrado ouro nas cercanias de um rio. Assim, depois dessa primeira bandeira, organizou, uma vez mais, outra expedição saindo de São Paulo para iniciar, a partir de então, a ocupação das minas.

Ademais, embora o ouro tenha se constituído um elemento importante no povoamento Goiás, há outro fator estrutural que permite explicar o povoamento na capitania: *a vinda de funcionários régios*. O que “enraizou” tais indivíduos? Mais exatamente, o século XVIII foi responsável por atrair famílias nobres de Portugal para as regiões da América portuguesa. Tratava-se, especialmente, da ocupação de cargos honoríficos no contexto do Império português. Havia uma miríade de cargos e postos oferecidos pela Coroa portuguesa no além-mar e o mais procurado pelos nobres foi, majoritariamente, como governadores e vice-reis. Nesse sentido, a capitania de Goiás foi palco de indivíduos oriundos das casas mais aristocráticas em Portugal. Em geral, tinham o objetivo de receber, na ida para o além-mar ou na volta para Portugal, mercês, privilégios, aumentar o cabedal da família, estreitamento de relações clientelares, entre outros aspectos. Portanto, é a partir deste contexto que observamos a vinda de indivíduos da família Cunha Meneses para a capitania de Goiás.

É certo que a Expansão Ultramarina em Portugal utilizou de material humano para consolidar, em regiões distantes, seu projeto colonizador. Navegadores, capitães, governadores, bacharéis, eclesiásticos, burocratas, escravos, nobres e demais indivíduos que se lançaram, em dado momento, no empreendimento da Coroa portuguesa. Entre aqueles que serviram ao rei português, seja no Reino ou Ultramar, os nobres se constituíram nos principais sujeitos vinculados, em maior ou menor grau, aos postos cimeiros no contexto da Expansão Ultramarina. Embora até o século XVI a procura pelos cargos de maior nobilitação fossem localizados no Reino (isto é, em Portugal), nos séculos seguintes o serviço no Ultramar (América portuguesa, África, Ilhas Atlânticas, Estado da Índia), registrou um aumento substancial no que diz respeito à remuneração e status social. As casas aristocráticas não só buscavam esses cargos nobilitantes, mas passaram, progressivamente, a monopolizá-los.

Reconhecer tal dinâmica do Império português nos impele a considerar que os nobres também foram aqueles que construíram, por assim dizer, os “arcos do triunfo” da história portuguesa na Época Moderna. Portanto, se os reis da dinastia de Avis e Bragança conseguiram êxito na conquista de outros territórios, não se pode esquecer,



por outro lado, que os nobres foram a espinha dorsal deste império. O pacto que unia os nobres e o rei estava circunstanciada pelos paradigmas políticos daquele período – especialmente o modelo corporativista que concebia a sociedade como um corpo, tendo o rei como a cabeça e as outras partes que desempenhavam suas funções. O rei era considerado o arbítrio nas relações sociais, uma vez que, ao recompensar “a cada um segundo o que lhe é devido”, a justiça se constituía sua área por excelência. Ademais, o Antigo Regime português – ou também na expressão de Fragoso (2013) “Antigo Regime católico do Sul da Europa” – possuiu como marca fundamental o paradigma político designado “corporativo”. A metáfora do corpo ilustra, com maestria, a sociedade portuguesa daquela conjuntura: o rei atuava como cabeça do corpo social (mas não se confundia com as demais partes), os outros órgãos, como a família, a igreja, os funcionários régios, as comunidades integravam-no. Destaca-se, então, que nesta visão corporativa cada membro do corpo social, seja o rei ou um funcionário régio que vivia no interior da América portuguesa, atuavam com funções diferentes.

Nesse contexto, para se entender o grupo nobiliárquico em Portugal é imprescindível, antes de qualquer coisa, atentar-se ao processo desencadeado, após 1640, pela dinastia de Bragança. Assim, para nosso estudo o aspecto mais importante na dinastia de Bragança é, sem dúvida, os serviços prestados à Coroa portuguesa – e, conseqüentemente, o sistema de mercês distribuídos, em maior ou menor grau, por *ElRey*.

Consideramos neste estudo que a distribuição de mercês, em decorrência dos serviços prestados ao monarca, foi, sem embargo, o núcleo fundamental na constituição da nobiliárquica em Portugal a partir deste período. Desse modo, encontramos na remuneração dos serviços – também conhecida, juridicamente, por “justiça distributiva” ou simplesmente “mercês régias” – um elemento privilegiado. De tal maneira que, segundo Monteiro (2012)², desde a ascensão da dinastia de Bragança até a Revolução

² Ademais, tais ideias estão, massivamente, ancoradas nos estudos do historiador português, Nuno Gonçalo Monteiro, especialmente sua tese de doutorado (*Crepúsculo dos Grandes..*), sobre a aristocracia em Portugal. Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998. _____. “Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime”. In: _____. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, 2012, p.37-80. _____. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria



Liberal em 1832-1834, o que averiguamos, como tendência geral na nobiliarquia foi, precisamente, o despoletar de um duplo processo: na base da pirâmide uma abertura gradual – *grosso modo*, pode-se falar, em alguns casos, de banalização – caracterizada, designadamente, pela fluidez e, de outro lado, a contração do topo restringindo, quase de maneira absoluta, os Grandes.

Para tanto, devemos sublinhar que o aspecto militar ganhou centralidade na dinastia de Bragança. Tal questão está relacionada com a guerra da Restauração (1640-1668) que, ao final deste processo, a casa de Bragança consagrou-se. A chamada “guerra viva” atuou na constituição da primeira nobreza neste período. Ao mesmo tempo em que muitas casas conseguiram, ao lutarem em favor da dinastia de Bragança, remuneração dos serviços prestados continuaram, após a guerra, a firmar o pacto político com a nova monarquia entronizada.

Por conseguinte, identificamos que, em Portugal, a hierarquia militar coincidia, paralelamente, com a hierarquia nobiliárquica. Quer dizer, nos quadros do exército, a primeira nobreza e aqueles que detinham títulos participavam, ativamente, na carreira militar – seja como tenentes-generais, marechais-de-campo, sargentos-mores, brigadeiros, entre outros. Notamos que, apesar da nobreza se destacar no serviço militar, não pressupõe, necessariamente, que ser nobre era, tão somente, ser militar. Se a primeira nobreza tendeu, pelo menos em Portugal no decorrer do século XVI e XVIII a monopolizar, globalmente, os principais cargos no exército (e outras funções), a base da pirâmide enobreceu, por sua vez, a partir de outros serviços.

Assim, destacamos que parte integrante da carreira militar foi, em Portugal, a atuação como governador ou vice-rei nas “conquistas”. Os indivíduos que serviram ao rei português no ultramar, quer seja na África, Índia ou no Brasil foram, em algum momento, militares. Desse modo, observamos que, no início da Expansão Ultramarina em Portugal, isto é, início do século XVI, os cargos como governo ultramarino – ou até mesmo a atuação como desembargador, juiz, camarista, entre outros – não atraía, de forma absoluta, a maioria dos indivíduos da primeira nobreza da corte. Na verdade, a tendência de servir à coroa portuguesa circunscrevia, até o início do século XVI, aos cargos localizados no centro, ou seja, em Portugal (respectivamente na corte e/ou na



administração). Assim, observamos a prevalência dos ofícios em Portugal em detrimento do serviço no ultramar.

Por outro lado, após o século XVI, a América portuguesa foi ganhando, cada vez mais, importância na política de hierarquia dos territórios no além-mar. Não por acaso que, conforme registrou em seu estudo, *As Ordens Militares e o Estado Moderno*, Olival (2001, p.458-459), a relevância da América portuguesa não se mostrou simplesmente na origem social dos governadores, mas, de igual modo, na quantidade de hábitos e comendas das ordens militares concedidas aos vassallos da América portuguesa. Assim, segundo a autora, entre 1641 e 1699, na América portuguesa foram lançados cerca de 4,6 % dos hábitos da Ordem de Cristo e, do outro lado do império, no Estado Índia 8,9% e na praça do Norte da África, em Mazagão, 5,5%. Ademais, esses dados alteraram-se vertiginosamente quando observado o século XVIII: no Estado da Índia foram concedidas cerca de 5,4 % das comendas da Ordem de Cristo e em Mazagão 2,7 %. Neste mesmo período – especialmente para o período entre 1720 e 1729 –, na América portuguesa, registrou-se a concessão de 8,8% das comendas. Sem embargo, esse crescimento abrupto corresponde, genericamente, ao emaranhado de razões que vai desde o descobrimento do ouro ao comércio de escravos. Sobressai, no entanto, a importância da América portuguesa para o império lusitano.

Com efeito, verificamos que, primeiramente, a origem social dos governadores refletia, ao final e ao cabo, a hierarquia dos espaços ultramarinos. Em segundo, o recrutamento realizado pela Coroa portuguesa foi sofrendo, no decorrer dos séculos, alterações e observamos, em certa medida, a necessidade de uniformização dos procedimentos de escolha. Tal aspecto é importante, pois mostra, de fato, a interferência da monarquia portuguesa como instância reguladora do serviço no ultramar. Com efeito, o recrutamento dos governadores fazia-se, em primeiro lugar, a partir da “qualidade de nascimento” e, de outro lado, pela experiência militar. Nota-se, nesse sentido, que os indivíduos da família *Cunha Meneses* detinham estes dois aspectos e, em razão disso, foram enviados para as principais regiões do Império português.

Nesse sentido, o movimento que se tem realizado nos últimos anos em relação aos estudos da nobreza portuguesa insere-se, na maioria dos casos, em ligação estreita com a conjuntura do Império português. O campo aberto para a prestação de serviços sob a égide da dinastia de Bragança foi, pois, sem precedentes. Consequentemente, os



grupos que se nobilitaram naquela altura foram diversos: desde plebeus a mercadores registraram, em algum momento da sua trajetória, o recebimento de mercês e privilégios do rei em decorrência dos serviços prestados. Alargou-se, assim, o próprio grupo nobiliárquico que, além de chegar ao final do Antigo Regime no século XIX suprimido pela burguesia, achava-se extremamente banalizado.

Autores portugueses como António Manuel Hespanha (1997;2007), Nuno Gonçalo Monteiro (1993;2003), Mafalda Soares da Cunha (1990; 2000), Diogo Ramada Curto (1988), Fernanda Olival (2001) e Pedro Cardim (1998) desenvolveram investigações com o fulcro de compreender, no Antigo Regime português, a nobreza em seus diversos aspectos. Semelhantemente, na historiografia brasileira sugeriram estudos preocupados com a “nobreza colonial” no contexto da América portuguesa. O estudo pioneiro de Evaldo Cabral de Mello (1989) *O nome e o sangue* inaugurou refinadas reflexões sobre o que poderíamos considerar por nobreza no Novo Mundo.

Mais recentemente, a historiografia brasileira tem-se de dedicado, em maior ou menor grau, com estudo das trajetórias administrativas no Império português. Destacamos, em linhas gerais, os trabalhos encabeçados por autores portugueses, como Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, que propõem modelos de análise (por exemplo, de Casa, aristocracia da Corte, vocabulário social, modelo vincular, critérios de escolha, origem família, entre outros) a partir de trajetórias administrativas de governadores coloniais no Oriente, América portuguesa ou em África.

Desse modo, *quais foram os vetores de estratificação que confeririam, ao longo dos séculos XVII e XVIII, distinção para esse grupo nobiliárquico?* Serviços prestados no Reino e no Ultramar, cuja remuneração provinha exclusivamente da Coroa portuguesa. De tal maneira que, ser nobre em Portugal no Antigo Regimes, era servir ao rei português.

De maneira mais concreta, os Cunha Meneses no século XVII e XVIII ficaram conhecido em Portugal por três títulos: Condes de Ericeira, Marqueses de Louriçal e, por fim, Conde de Luminares. A partir dos Condes de Ericeira e Marqueses de Louriçal detectamos certas características que foram, porventura, sintomáticas em outras casas de primeira nobreza. Tendo como base os indivíduos deste grupo nobiliárquico – excluindo, portanto, os filhos ilegítimos e dando ênfase para a linhagem varonil – percebemos que, durante os séculos XVII e XVIII, pautaram-se, em termos gerais, nos



cargos dentro do Reino e, não raro, no ultramar.. Ademais, essa tendência modifica-se minimamente, ainda no século XVII, com os Marqueses de Louriçal que, embora não optassem exclusivamente pelos serviços dentro do Reino, se lançaram, em dado momento, em postos ultramarinos. No entanto, o momento de ruptura foi, sem dúvida, com a descendência da filha de Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses, isto é, D. Constância Xavier de Meneses que, ao casar com o primo em 1740 –o então José Félix da Cunha Meneses – deu a luz quatro varões: Manuel Inácio da Cunha e Meneses, Francisco da Cunha e Meneses, Tristão da Cunha Meneses e Luís da Cunha Meneses. Tais indivíduos não somente se dedicaram a servir ao rei português no Reino, mas se destacaram, sobretudo, nos cargos ultramarinos como vice-rei do Estado da Índia e no Brasil (por exemplo, capitanias como São Paulo, Bahia, Pernambuco, Goiás e Minas Gerais).

Com efeito, partindo dos serviços prestados e circunscrevendo, num primeiro momento, a análise somente aos indivíduos titulados –isto é Condes de Ericeira e Marqueses de Louriçal –no século XVI e início do XVIII, identificamos, de maneira flagrante, a predominância dos serviços no Reino. Nomeadamente os serviços no Reino são, em resumo, os cargos como Mordomo e Gentil-homem, Gentil-homem da Câmara, Vedor da Fazenda, Deputado da Junta de Três Estados, Conselheiro de Estado, Regedor de Justiças, Vereador do Senado, entre outros.

Para tanto, vale sublinhar que o serviço no Reino compreendida não somente os cargos palatinos (ou cargos na Corte), mas incluía, por sua vez, as campanhas militares. Destaca-se, pois, que todos os cinco Condes de Ericeira participaram ativamente de campanhas militares fora do Reino. Assim, as campanhas militares tinham um caráter essencialmente efêmero podendo se constituir, em geral, um mês ou dois meses. Além disso, as práticas letradas também foram adicionadas no quadro de serviços no Reino. Geralmente se referia a composição de versos, escrita de livros, tradução, biblioteca, participantes de Academias, entre outros (designadamente destaca-se o 3º, 4º e 5º Condes de Ericeira).

Por outro lado, diferente das campanhas militares eram, em Portugal, o serviço como governador ou vice-rei no ultramar que se prolongava, na maioria dos casos, de três à seis anos. Nesse mesmo sentido, incluímos como integrante dos serviços nos Ultramar alguns cargos que foram identificados nos Conde de Ericeira. Resumem-se,



pois, aos cargos de governador e capitão-general e vice-rei no Estado da Índia. Observando tais postos no ultramar foram, naquela altura, os mais procurados pela nobreza portuguesa. De antemão, isso reflete, concretamente, que as alianças dos Meneses no centro político do Império lhes conferiram, sem dúvida, postos de destaque. Ao mesmo tempo, mostra o grau elevado de nobreza deste grupo em Portugal, pois como se disse anteriormente, os vice-reinados na Índia e governo-gerais na África (ou mesmo no Brasil) eram monopolizados, em grande medida, pela primeira nobreza do reino.

Os Cunha Meneses do século XVIII que nos interessa são, precisamente, aqueles que deram origem aos Conde de Lumiares. De antemão, fica visível que a saga desse grupo nobiliárquico em Portugal foi marcada, entre outros aspectos, pela aliança com casas extremamente aristocráticas – como por exemplo, os Conde de Louriçal, e em algumas descendências com os Conde de Barbacena, Marqueses de Valada, Condes de Farrobo, entre outros – e ostentaram, por assim dizer, nomes de grosso calibre (Meneses, Faro, Carneiro e Cunha). Para consubstanciar as posições honoríficas em Portugal, a grande maioria dos indivíduos da linhagem dos Conde de Lumiares buscaram, constantemente, integrar ao centro político da Coroa portuguesa e postos no ultramar auferindo, por sua vez, tenças e mercês régias

Nesse contexto, os dois Condes de Lumiares que foram para a América portuguesa – isto é, Luís da Cunha Meneses e Manuel Inácio da Cunha e Meneses – e os demais filhos de D. Constança Xavier, como Tristão da Cunha Meneses e Francisco da Cunha e Meneses serviram à Coroa portuguesa atuando, quase sempre, em paragens longínquas.

Vassalos e nobres: a família Cunha Meneses no Antigo Regime português

Em relação a figura de Luís da Cunha Meneses e de outros indivíduos da família, é preciso destacar que, no âmbito da historiografia, ficaram conhecidos – especialmente Luís da Cunha Meneses – através de um documento escrito no século XVIII: *as Cartas Chilenas*. Esse documento foi escrito pelo ouvidor de Vila Rica, Tomás António Gonzaga, e tratou de metaforizar, através da figura do Fanfarrão Minésio, a administração de Luís da Cunha Meneses na capitania de Minas Gerais. Em



resumo, o texto é escrito por Critilo (representando Tomás António de Gonzaga) de Santiago no Chile (Minas Gerais) e enviado a Doroteu na Espanha. Assim, o principal assunto do texto era o governo de um déspota local chamado Fanfarrão Minesio. Os dois interlocutores comentavam de seus passados em Vila Rica na Capitania de Minas Gerais frente ao governo de Luís da Cunha Meneses.

A imagem construída deste governo nas *Cartas Chilenas* cristalizou, em síntese, uma representação demasiadamente tirânica, despótica e autoritária do governo de Luís da Cunha Meneses. Não somente isso, essa visão atingiu, em larga medida, os demais indivíduos da família Cunha Meneses. Ou seja, quando se referia a administração destes governadores em alguma parte do Império português, o rito de passagem era, frequentemente, as *Cartas Chilenas*. De tal maneira que para muitos¹⁹ este documento é/foi, precisamente, o ponto de partida e chegada para se referir à família Cunha Meneses e outros indivíduos da família.

De qualquer forma, embora este documento escrito no final do século XVIII constitua, sem dúvida, uma obra fundamental e expresse, simultaneamente, convenções literárias – sobretudo do Arcadismo e do Barroco – e a retratação de uma época, não podemos ser aliciados (somente) pela imagem descrita acerca de Luís da Cunha Meneses. Na verdade, trata-se, fundamentalmente, de não estudar a figura do governador através de um único documento, mas coadunar, através do cruzamento de fontes diversificadas, informações que permitem perspectivá-lo em distintas variáveis

Em linhas gerais, esses indivíduos tiveram muitas características em comum. Primeiramente, a maioria nasceu no século XVIII e outros no limiar no século XIX; segundo, serviram como governadores na América portuguesa (outros, como Francisco da Cunha e Meneses foi governador em São Paulo, Bahia, mas também vice-rei em Goa na Índia); receberam comendas, hábito das ordens militares (Avis, Cristo e Santiago), herdeiro de morgados (como Manuel Inácio da Cunha e Meneses), deputado de junta, entre outros aspectos. Com efeito, dentro da família Cunha Meneses alguns iriam se cruzar, ocasionalmente ou não, com a história administrativa de uma capitania na América portuguesa no final do século XVIII e início do XIX: a capitania de Goiás. Estes membros foram, respectivamente, Luís da Cunha Meneses, Tristão da Cunha Meneses e, por último, João Manuel de Meneses. Não somente isso, para recrudescer a massa de aspectos comuns destes três indivíduos na América portuguesa e, sobretudo,



na capitania de Goiás, outros elementos sobressaíram: foram nomeados para uma mesma capitania em governos subsequentes. Assim, Luís da Cunha Meneses governou a capitania de Goiás de 1778 a 1783, Tristão da Cunha Meneses de 1783 a 1800 e João Manuel de Meneses de 1800 à 1802. Para além disso, os aspectos comuns ganham vez ao constatar que, dos três indivíduos da família Cunha Meneses que foram enviados para a capitania de Goiás, dois eram irmãos: Luís da Cunha Meneses e Tristão da Cunha Meneses. Assim, mesmo que separados temporalmente, mas unidos espacialmente na capitania de Goiás, esses indivíduos atuaram como governadores e capitães-generais. Trajetórias administrativas que se entrecruzaram num mesmo espaço, e que, no entanto, foram marcadas, invariavelmente, por atuações diferentes.

Destaca-se que a família Cunha Meneses na capitania de Goiás – quer dizer, Luís da Cunha Meneses, Tristão da Cunha Meneses e Manuel de Meneses – empreenderam uma série de ações em três níveis: político (alianças com potentados locais), administrativo (formação de milícias e ordenanças, urbanização de vilas, estratégias para extração do ouro) e social (aldeamentos de índios). Assim, a partir deste recorte pretende-se esboçar os elementos mais marcantes da família Cunha Meneses em Goiás e contribuir com os estudos sobre a nobreza no Império português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dilatando fronteiras, conhecendo lugares e culturas diferentes, estes governadores lidaram, diuturnamente, com a realidade de cada capitania que, muitas vezes, apresentava um estado deficitário e não correspondia, em nenhum aspecto, com as instruções que eram passadas pelo centro político do império. Assim, por onde passaram tiveram, num pequeno espaço de tempo, propor soluções – às vezes tendo o fracasso como único horizonte de perspectiva – para problemas colossais. Governar também era, naquela altura, sentir medo. Como assinalou Souza (2011, p.307)²⁰⁰, na hora de embarcar para Goa ou para a América portuguesa, os notícias do mau clima, doenças, as nações silvestres que “infestavam” o território ecoavam, de uma forma ou de outra, no ânimo daquelas que lançaram nos cargos ultramarinos. Em especial, a América portuguesa era constituída por vários mundos, pois numa ponta se deparava com a Amazônia repleta de rios e um mundo selvagem e, de outro lado, no centro da



América portuguesa, nomeadamente com as capitanias de Goiás e Mato Grosso, confrontava-se com aves e animais desconhecidos.

Sem dúvida, governar não era uma tarefa fácil. Ao contrário, conforme deixou registrados nas inúmeras cartas, o Marquês de Lavradio chegou a dizer, em tom peremptório, que o governar nas possessões ultramarinas era, ao final, inconciliável com a saúde. Em outras palavras, governar também era, de acordo com ele, retardar a vida que, por si só, já era breve. De igual maneira, foi o Conde de Assumar que, além de odiar o clima de Minas Gerais, também repudiava, de todas as formas, o população mestiça, grosseira e insubmissa daquela região. Para tanto, levando em considerações as condições do cargo de governador, era certo que “O clima, viagens trabalhosas, população tumultuada, altos contingentes escravos, tudo desembocava no medo da morte. Muitos servidores reais terminaram os dias no mar ou no sertão (...). (SOUSA, 2011, p.311). No entanto, se muitos morreram no ultramar – ou aqueles que, ao se envolverem em casos amorosos, decidiram, espontaneamente, ficar nas terras de além-mar – o mesmo não aconteceu com os filhos de D. Constança Xavier de Meneses e José Félix da Cunha e Meneses. Todos os filhos foram enviados para o ultramar voltaram vivos para Portugal. Afinal, em 14 de dezembro de 1778, especificamente a bordo do navio de guerra Belém, chegava à Lisboa o ex-governador da capitania de Goiás e Minas Gerais, Luís da Cunha Meneses. O cônsul da Rússia o reconheceu pela fama dos demais irmãos que, igualmente, serviam ao rei português no ultramar (isto é o 3º Conde de Lumiares e Francisco da Cunha Meneses que era, naquele momento, vice-rei no Estado da Índia). Luís da Cunha Meneses voltou, após cinco longos anos como governador na América portuguesa, para Portugal. Não somente ele, mas todos os irmãos voltaram ao Reino e, a partir de então, trataram de aumentar os cabedais, seja ingressando em cargos administrativos, laços matrimoniais ou reincidindo nos postos ultramarinos. Assim, buscaram cumprir o código de conduta dos nobres mais comum naquela altura: servir ao rei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.



BARDWELL, Ross Little. *The governors of Portugal's South Atlantic Empire in the seventeenth century: social background, qualifications, selection and reward*. Santa Barbara: University of California, 1974.

COSTA, Fernando Dores. "A nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665". In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. CARDIM, Pedro. CUNHA, Mafalda Soares da (orgs). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio: sentir, escrever e governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda, 2013.

ELLIOTT, John H. A Europe of composite monarchies. *Past & Presente*, n° 137, p.48-71, 1992.

FRAGOSO, João. GUEDES, Roberto. KRAUSE, Thiago (orgs). *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna. Monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder e circulação das elites em Portugal: 1640-1820. In: _____. *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, 2012, p.121.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

_____. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. In: _____. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, 2012, p.37-80.

_____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.249-283.

_____. *Meu Pai e muito Senhor do Meu Coração. Correspondência do Conde de Assumar para o seu Pai, o Marquês de Alorna Vice-rei da Índia (1744-1751)*. Lisboa: Quetzal, 2000.

_____. CUNHA, Mafalda Soares. "Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII". In :MONTEIRO, Nuno Gonçalo. CARDIM, Pedro. CUNHA, Mafalda Soares da (orgs). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp.191-243.



RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial. Brasil c.1530 –c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

SALDANHA, António S. V. *As Cartas de Manuel de Saldanha 1º Conde da Ega e 47º Vice-Rei da Índia a Sebastião José de Carvalhode Mello e Seus irmãos (1758-1765)*. Lisboa: 1984.

SUBTIL, José. *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: 1996.

XAVIER, Ângela Barreto. HESPANHA, António Manuel. Redes Clientelares. In: XAVIER, Ângela Barreto. HESPANHA, António Manuel (coord). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.